

CLIPPING IMPRESSO 12/01/2016



INDICE

⊥.	JORNAL A TARDE
	1.1. PRESIDÊNCIA
2.	JORNAL CORREIO DE NOTICIAS
	2.1. SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS
3.	JORNAL ESTADO DO MARANHÃO
	3.1. POSSE
	3.2. PRESIDÊNCIA
	3.3. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE
	3.4. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS
4.	JORNAL O DEBATE
	4.1. PRESIDÊNCIA
5.	JORNAL O IMPARCIAL
	5.1. PRESIDÊNCIA
6.	JORNAL O PROGRESSO
	6.1. COMARCAS
	6.2. SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS
	6.3. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE
7.	JORNAL PEQUENO
	7.1. PRESIDÊNCIA
	7.2. SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS

TJMA discute melhorias para Justiça de 1º Grau

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Cunha, discutiu nesta segunda-feira (11) a implementação de políticas de atenção prioritária à Justiça de base, em reunião com o Comitê de Atenção Prioritária do 1º Grau, coordenado pela juíza Sônia Amaral, que coordena o Núcleo de Planejamento Estratégico do Tribunal.

Entre os assuntos elencados na primeira reunião com a Presidência do TJMA, a pesquisa sobre o nível de satisfação dos juízes com relação às intervenções na estrutura física de fóruns, a necessidade de avançar na implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJE) em todas as unidades judiciárias e a melhoria na distribuição de materiais às varas judiciais em todo o Estado.

Participaram da reunião, ainda, os integrantes do comitê juízes Marcelo Moreira, André Bogéa, Júlio Prazeres (auxiliar da Presidência) e a servidora da CG-J-MA, Josiane Fonseca.

O presidente do TJMA reafirmou a necessidade da participação dos magistrados de 1º Grau nos debates sobre as ações da gestão, e ressaltou a importância do papel do Comitê e da oportunidade de tomar conhecimento das reivindicações de juízes e servidores por meio dele para a implementação de políticas com vistas à melhoria do trabalho prestado pelo Juízo de base.

"O comitê poderá con-

tribuir decisivamente no aperfeiçoamento dos serviços judiciários de Primeiro Grau", frisou o desembargador.

Durante a reunião, a juíza Sônia Amaral revelou que uma pesquisa identificou o grau de descontentamento com relação à execução de obras em diversas unidades judiciárias, e que uma forma de minimizar os problemas seria a manifestação dos juízes por meio de ofício, informando possíveis casos de insatisfações ou incompatibilidades. "Pensem numa sugestão de minuta de resolução para tal fim, criando fluxo e perpassando pelo Núcleo de Planejamento Estratégico e Diretoria de Engenharia do TJMA", orientou o presidente Cleones Cunha. A Resolução, quando finalizada, deverá ser submetida à aprovação do Pleno do Tribunal de Justiça.

COMITÊ - O Comitê de Atenção Prioritária do 1º Grau foi instituído pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Maranhão em dezembro de 2014, pela Resolução GP 43/2014, seguindo a Política Nacional para o mesmo fim, criada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio da Resolução 194/2014.

A medida tem como objetivo desenvolver, em caráter permanente, iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento da qualidade, da celeridade, da eficácia e da efetividade dos serviços judiciários de Primeiro Grau.

Já está em vigor no Maranhão a nova tabela de valores das custas e emolumentos cobrados pelos cartórios. As taxas a serem praticadas durante o ano de 2016 foram atualizadas no percentual de 10,97%, conforme prevê a Lei 9.109/2009, que regula a cobrança. Os serviços são fiscalizados pelo Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário (FERJ).

Os novos valores variam de R\$ 3,80 (distribuição de petição inicial, reconhecimento de firma) a R\$ 9.537,40 (máximo para a execução de título judicial, extrajudicial ou fiscal).

O percentual teve como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – (IBGE), no período de dezembro de 2014 a novembro de 2015 (últimos doze meses).

A tabela traz, de forma detalhada, preços das custas da Justiça de 2º Grau (cível, criminal e atos diversos); da Justiça de 1º Grau (processos cíveis, criminais, de distribuição, partidoria, avaliação, depósito público, oficiais de justiça, intérpretes e tradutores), além dos valores a serem aplicados pelos cartórios extrajudiciais de todo o Estado nos serviços de registro civil das pessoas físicas e jurídicas, registros de imóveis e protestos de títulos.

De acordo com a Resolução nº 40/2015, do Tribunal de Justiça do Maranhão, a atualização da tabela considerou o princípio da razoabilidade, tendo em vista que os valores dos emolumentos devem guardar compatibilidade com os custos de remuneração dos serviços prestados pelas serventias.

De acordo com a diretora do FERJ, Celerita Dinorah de Carvalho, o índice aplicado consiste apenas numa atualização monetária, a fim de adequar os valores praticados pelos cartórios à realidade econômica atual.

Juízes tomam posse em Turmas Recursais do MA

Só a Turma Recursal de Imperatriz está com cerca de 4.000 processos pendentes de julgamentos

Os juízes Samir Mohana, Welinne Coelho e Joscelmo Gomes assinaram termo de posse e exercício como novos membros de Turmas Recursais. A assinatura dos termos foi presidida pela corregedorageral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, e prestigiada pelas juízas Sara Gama e Rosária Duarte, auxiliares da corregedoria.

Além da corregedora, a juíza Márcia Chaves deu as boas-vindas aos magistrados, ressaltando a importância do engajamento dos juízes das turmas em dar vazão aos recursos. "O Judiciário não tem medido esforços no sentido de ser mais célere. Hoje recebemos esses valorosos magistrados e com a certeza de que darão o melhor de si", destacou ela.

O juiz Joscelmo Sousa Gomes, titular do 1º Juizado Especial Cível de Imperatriz, tomou posso como membro titular da Turma Recursal Cível e Criminal de Imperatriz. "Hoje a Turma Recursal de Imperatriz está com aproximadamente 4.000 processos pendentes de julgamentos. Nosso intuito é promover reuniões extras no sentido de diminuir drasticamente esse número", ressaltou ele, que compõe a turma com os juízes Joaquim da Silva Filho e Débora Jansen.

Chapadinha

A juíza Welinne Coelho, que é titular da 2ª Vara de Chapadinha, tomou posse como membro titular da Turma Recursal Cível e Criminal de Chapadinha. "Nosso objetivo é contribuir para o projeto que já está sendo desenvolvido

MAIS

Participantes da solenidade

Esteve presente à solenidade o juiz Rodrigo Otávio Terças Santos, que preside a Turma Recursal de Chapadinha. Ele ressaltou a chegada dos dois novos membros. Atualmente, a turma é composta por ele, Welinne Coelho e Mirella Cezar Freitas. A turma atinge o patamar de julgar todos os processos que entram no mês.

Membros suplentes tomaram posse

pelos nossos colegas na turma recursal de Chapadinha, inclusive com distribuição mensal e julgamento mensal da turma. Essa é nossa expectativa", declarou.

O outro juiz que tomou posse como membro suplente da turma foi Samir Mohana, titular da Comarca de Urbano Santos. "Chego para contribuir e, ao mesmo tempo, aprender com os colegas. Sempre que for solicitado espero exercer minha função da melhor maneira possível. Vontade não vai faltar", disse. •

Atenção Prioritária O desembargador Cleones Cunha, presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, reuniu-se ontem com o Comitê de Atenção Prioritária do 1º Grau, coordenado pela juíza Sônia Amaral, para discutir a implementação de políticas de atenção prioritária à Justiça de base. Um dos assuntos elencados foi a pesquisa sobre o nível de satisfação dos juízes com relação às intervenções na estrutura física de fóruns.



Programa Forças no Esporte é desenvolvido em 74 cidades de 25 estados brasileiros, por meio de instituições vinculadas às Forças Armadas

Crianças em risco social farão parte do Força no Esporte

Programa será desenvolvido em Imperatriz, por meio de parceria do Exército, Prefeitura e Vara da Infância

IMPERATRIZ

Programa Forças no Esporte (Profesp), do Governo Federal, executado por intermédio do Ministério da Defesa e Ministério dos Esportes, vai beneficiar crianças em situação de vulnerabilidade social, em Imperatriz. O novo comandante do 50º Batalhão de In-

fantaria e Selva (50 BIS), tenentecoronel Roberto Furtado, apresentou o programa ao prefeito Sebastião Madeira (PSDB).

O Profesp, de acordo com o comandante, faz parte do Programa Segundo Tempo, criado em 2003, e visa ajudar a melhorar a qualidade de vida de crianças e adolescentes em situação de risco no Brasil. Resumindo, o programa promove a inclusão social por meio da prática de esportes.

As crianças e os adolescentes têm a oportunidade de praticar esportes e assistir aulas de reforço escolar. Eles também têm direito a atendimento médico, alimentação e uniformes. Os esforços empreendidos concentram-se na inclusão social, valorização da cidadania, inserção no trabalho e na realização de atividades físicas, esportivas e de lazer.

Atividades

De acordo com o comandante Roberto Furtado, essas atividades são desenvolvidas três vezes por semana por militares e profissionais especializados, no período da manhã e da tarde. O compromisso é demonstrar, na prática, o poder de cada indivíduo na transformação e na melhoria do bem-estar coletivo, propiciando a integração entre as Forcas Armadas e a comunidade.

Sebastião Madeira se mostrou interessado e acredita que o programa vai colaborar com centenas de famílias carentes, cujas crianças necessitam desse benefício. O prefeito de Imperatriz solicitou ao juiz da Vara da Infância e Juventude, Delvan Tavares, que defende essa causa, para firmar parceria ao Profesp.

Ficou definida a parceria en-

volvendo Exército, Prefeitura de Imperatriz e Vara da Infância e Juventude para atender, inicialmente, 60 alunos de 9 a 14 anos. Desde a criação do Forças no Esporte, a Marinha, o Exército e a Aeronáutica ajudam a melhorar a qualidade de vida de crianças e jo-

Parceria envolve Vara da Infância

vens carentes do Brasil. O programa está presente em 74 cidades de 25 estados, em instituições vinculadas às Forças Armadas.

O Ministério do Esporte é o responsável pelo material esportivo e pelo pagamento de professores e estagiários. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, por sua vez, responde pela alimentação. As atividades do Forças no Esporte beneficiam anualmente cerca de 16 mil crianças e adolescentes. •

NA WEB

Mais notícias de Cidades em: oestadoma.com



Urubus ainda sobrevoam área do Aterro da Ribeira, desativado há cerca de seis meses, e ameaçam voos. Para afastá-los, estão sendo usadas técnicas de linhas aproximadas, que fazem com que as aves não voem mais na região, e de disparos sonoros, emitidos em intervalos de tempo determinados. cidades 1

Urubus ainda sobrevoam o Aterro da Ribeira e causam riscos à aviação

Interdição definitiva do aterro, que ocorreu há quase seis meses, obedeceu a decisão do juiz Clésio Coêlho Cunha, da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís



esde o dia 25 de julho de 2015, data em que foi interditado definitivamente o Aterro da Ribeira, em São Luís, o lixo produzido na capital está sendo enviado ao Aterro Sanitário Titara, em Rosário. Apesar disso, ainda há a presença de urubus na região do aterro, o que pode causar riscos à aviação.

A interdição se deu em obediência à decisão judicial da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, pronunciada em junho do ano passado, e era referente a um processo que se arrastava por anos. Ainda em 2009, foi proferida pela Vara da Fazenda Pública decisão determinando a interdição definitiva do Aterro da Ribeira. Até então,

NÚMEROS

800 mil toneladas de lixo são enviadas a Rosário diariamente

14
caminhões são utilizados
no transporte dos resíduos

ocorrências envolvendo aves e aeronaves foram reportadas em 2015 em

a Vara de Interesses Difusos e Coletivos ainda não existia.

Já em 2014, o juiz Douglas de Melo Martins realizou audiências públicas sobre a destinação do resíduo sólido em toda a Grande Ilha. No ano posterior, o Ministério Público, por meio da promotoria do Meio Ambiente, solicitou medida de apoio ao cumprimento da decisão de 2009.

Depois disso, o juiz Clésio Coèlho Cunha proferiu nova decisão, determinando a interdição no dia 25 de julho de 2015, que finalmente foi cumprida pelo Município. Ações para recuperação e garantir a finalização das atividades dentro dos parâmetros de segurança começaram a ser realizadas. Uma delas foi o recobrimento de toda a área com argila. Ainda assim, há a presença de urubus no local.

Risco

Em sua decisão, o juiz Clésio Coêlho Cunha citou, é claro, a questão de direito am-

biental. Mas também o risco que havia para as operações de aviação na região, por causa

do perigo de colisão entre aeronaves e aves que se concentravam na área. Durante todos os anos de funcionamento do Aterro da Ribeira, houve o aumento considerável da oppulação de aves na região, no entorno do aeroporto de São Luís.

Ele citou em sua decisão um ofí-

cio encaminhado ao Ministério Público (MP) pelo chefe do Primeiro Serviço Regional de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos do Ministério da Defesa, no

questão qual foi relatada a colisão de aeronave da TAM
com um urubude - ca beçapreta, "engol-

iminente

com um urubuco de de - ca be ça preta, "engolido" pelo motor
do avião, que obrigou o piloto
a desligar o motor atingido.

Segundo o Sistema de Gerenciamento de Risco Aviário (Sigra) do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa), foram reportados 23 eventos de interesse com fauna nas imediações do Aeroporto Marechal Cunha Machado. Desse total, foram 19 colisões e quatro avistamentos de aves durante as diversas etapas, como pouso, decolagem, aproximação, etc.

Neste ano, nenhuma ocorrência foi registrada. Mas o risco de acidentes é iminente, já que as aves continuam presentes, ainda que em menor quantidade.

Solucão

Segundo Carolina Moraes Estrela, gestora do Comitê de Limpeza Pública de São Luís, estão sendo utilizadas duas técnicas de contenção da presença de aves na região. Os procedimentos visam ao afasta-

Há a presença de urubus no local

mento dos animais, sem causarlhes morte ou maus-tratos.

Ela explica que a primeira delas é a técnica de linhas aproximadas (várias linhas, semelhantes a nylon próximas umas das outras, perto do solo para que as aves não possam se aproximar), que faz com que as aves não voem mais na região. A segunda se refere a disparos sonoros, emitidos em intervalos de tempo determinados. "Já vem se percebendo um bom resultado. O afastamento total das aves ainda demandará tempo. Aos poucos, elas estão deixando aquele espaço", disse a gestora. Além dessas ações, também es-

Além dessas ações, também está sendo colocado em prática um plano de recuperação ambiental do espaço onde funcionou o aterro. Toda a área foi recoberta por argila e nenhum tipo de resíduo está sendo alocado no antigo aterro. Um plano de contenção para evitar qualquer tipo de contaminação do solo e das águas do entorno.

Toneladas de lixo recolhidas em São Luís são enviadas para Rosário

Com o fechamento do Aterro da Ribeira, em São Luís, os resíduos sólidos estão sendo levados ao aterro sanitário localizado na localidade Buenos Aires, no município de Rosário, que é operado pela Titara Central de Gerenciamento Ambiental. Por dia, são enviadas ao aterro cerca de 800 a mil toneladas de resíduos.

De acordo com Carolina Moraes Estrela, gestora do Comitê de Limpeza Pública de São Luís, a gestão de resíduos de São Luís trabalha também técnicas para diminuir o total de liko enviado ao aterro. "Nossa meta é diminuir o quantitativo, porque a cada vez que trabalhamos a reutilização do resíduo diminuímos o envio e consequentemente os custos operacionais",

Hoje, são utilizadas para transportar os resíduos14 carretas, com capacidade para carregar até

para carregar até 30 toneladas. Até chegar a seu destino, distante 60 km da capital maranhense, os resíduos são levados em caminhões em 56 viagens diárias. Os resíduos domésticos continuam sendo recolhidos normalmente nos bairros de São Luís. O diferencial é que eles são levados até a estacão

Resíduos são levados em 14 caminhões Bordo do Tibiri, na área do Aterro da Ribeira, para serem despeiados e

compactados. Depois disso, os resíduos são colocados em caminhões especiais para o transporte até o aterro sanitário.

Quando chega, o lixo produ-

zido em São Luís já está compactado. Ele é despejado em células e vai sendo coberto rotineiramente. O fundo do aterro é impermeabilizado com argila compactada, geocompostobentonítico, membrana de PEAD e uma nova camada de argila. Existe ainda um sistema de drenagem de chorume, que é implantado sobre a impermeabilização de fundo.

O Aterro Sanitário e Industrial Classe II tem vida útil de 32 anos e está apto a receber uma média de 2.200 toneladas por dia de resíduos sólidos urbanos e resíduos não perigosos. O aterro pode receber resíduos domiciliares, sólidos urbanos, provenientes de construção civil, lixo comum, plásticos e outros resíduos não perigosos. A terro pode receber resíduos domiciliares, solidos urbanos, provenientes de construção civil, lixo comum, plásticos e outros resíduos não perigosos. Para construção civil por porigosos.



Operários da limpeza pública trabalham na área do Aterro da Ribeira

Bate-Rebate

MELHORIAS



O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Cunha, discutiu ontem (11) a implementação de políticas de atenção prioritária à Justiça de base, em reunião com o Comitê de Atenção Prioritária do 1º Grau, coordenado pela juíza Sônia Amaral, que coordena o Núcleo de Planejamento Estratégico do Tribunal. Entre os assuntos elencados na primeira reunião com a Presidência do TJMA, a pesquisa sobre o nível de satisfação dos juízes com relação às intervenções na estrutura física de fóruns, a necessidade de avançar na implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJE) em todas as unidades judiciárias e a melhoria na distribuição de materiais às varas judiciais em todo o Estado. Participaram da reunião, ainda, os integrantes do comitê juízes Marcelo Moreira, André Bogéa, Júlio Prazeres (auxiliar da Presidência) e a servidora da CGJ-MA, Josiane Fonseca.

NECESSIDADE

O presidente do TJMA reafirmou a necessidade da participação dos magistrados de 1º Grau nos debates sobre as ações da gestão, e ressaltou a importância do papel do Comitê e da oportunidade de tomar conhecimento das reivindicações de juízes e servidores por meio dele para a implementação de políticas com vistas à melhoria do trabalho prestado pelo Juízo de base. Durante a reunião, a juíza Sônia Amaral revelou que uma pesquisa identificou o grau de descontentamento com relação à execução de obras em diversas unidades judiciárias, e que uma forma de minimizar os problemas seria a manifestação dos juízes por meio de ofício, informando possíveis casos de insatisfações ou incompatibilidades.

MUDANÇAS

TJMA discute melhorias para Justiça de 1º Grau

Na primeira reunião depois de eleito, Cleones Cunha discutiu a necessidade da implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJE) e a melhoria na distribuição de materiais às varas judiciais

presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Cunha, discutiu ontem a implementação de políticas de atenção prioritária à Justiça de base, em reunião com o Comitê de Atenção Prioritária do 1º Grau, coordenado pela ju-íza Sônia Amaral, que coordena o Núcleo de Planejamento Estratégico do Tribunal.

Entre os assuntos elencados na primeira reunião com a Presidência do TJMA, a pesquisa sobre o nível de satisfação dos juízes com relação às intervenções na estrutura física de fóruns, a necessidade de avançar na implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJE) em todas as unidades judiciárias e a melhoria na distribuição de materiais às varas judiciais em todo o estado.

Participaram da reunião, ainda, os integrantes do comitê juízes Marcelo Moreira, André Bogéa, Júlio Prazeres (auxiliar da Presidência) e a servidora da CGJ-MA Josiane Fonseca.

O presidente do TJMA reafirmou a necessidade da participação dos magistrados de 1º Grau nos debates sobre as ações da gestão, e ressaltou a importância do papel do Comitê e da oportunidade de tomar conhecimento das reivindicações de juízes e servidores por meio dele para a implementação de políticas com vistas à melhoria do trabalho prestado pelo Juízo de base. "O comitê poderá contribuir decisivamente no aperfeiçoamento dos serviços judiciários de Primeiro Grau",



O presidente do TJ, Cleones, e os integrantes do comitê, os juízes Marcelo Moreira, André Bogéa e Júlio Prazeres



Pensem numa sugestão de minuta de resolução para tal fim, criando fluxo e perpassando pelo Núcleo de Planejamento Estratégico e Diretoria de Engenharia do TJMA

Cleones Cunha, presidente do TJ-MA

frisou o desembargador.

Durante a reunião, a juíza Sônia Amaral revelou que uma pesquisa identificou o grau de descontentamento com relação à execução de obras em diversas unidades judiciárias, e que uma forma de minimizar os problemas seria a manifestação dos juízes por meio de ofício, informando possíveis casos de insatisfações ou incompatibilidades.

"Pensem numa sugestão de minuta de resolução para tal fim, criando fluxo e perpassando pelo Núcleo de Planejamento Estratégico e Diretoria de Engenharia do TJMA", orientou o presidente Cleones Cunha. A Resolução, quando finalizada, deverá ser submetida à aprovação do Pleno do Tribunal de Justiça.

Comitê

O Comitê de Atenção Prioritária do 1º Grau foi instituído pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Maranhão em dezembro de 2014, pela Resolução GP 43/2014, seguindo a Política Nacional para o mesmo fim, criada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio da Resolução 194/2014.

A medida tem como objetivo desenvolver, em caráter permanente, iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento da qualidade, da celeridade, da eficiência, da eficácia e da efetividade dos serviços judiciários de Primeiro Grau. (...)

Giro

Ao retornar às atividades no pleno, nas câmaras e comarcas, o presidente do TJ do Maranhão, desembargador Cleones Cunha, terá um começo de gestão rico em problemas e desafios financeiros. (...)



Cleones terá que driblar a falta de recurso

Ao retornar no dia 20 às suas atividades de julgamento no pleno, nas câmaras e comarcas, o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Cunha, terá um começo de gestão rico em problemas e desafios financeiros. O TJ, desde 2015, ficou sem recursos orçamentários, sequer para nomear concursados de 2011. Até uma emenda de R\$ 15 milhões, do deputado José Inácio, foi rejeitada na votação do orçamento estadual de 2016, pela Assembleia Legislativa. O dinheiro seria para custear o reajuste de R\$ 6,3% concedido aos funcionários do Judiciário. Agora, Cleones vai negociar forte tanto com o Sindjus, quanto com o governo Flávio Dino. E para complicar ainda mais, tem a PEC da Bengala, que mantém mais velhinhos na ativa. Cleones Cunha já trabalha num planejamento estratégico.

Polícia Civil prende foragido da Justiça em Estreito

Uma equipe da Polícia Civil prendeu, nesse domingo (10), um foragido da Justiça no município de Estreito, a 125 km de Imperatriz.

Handgger Araújo Fernandes é acusado do assassinato de Alair Silva dos Santos, em janeiro de 2004, e estava foragido desde 2013, quando um mandado de prisão preventiva foi expedido pela 1ª Vara da Comarca de Estreito.

De acordo com a Polícia Civil, Handgger estava morando em Goiânia, onde utilizava uma

identidade falsa, e veio a Estreito em dezembro para passar as festas de fim de ano com a família, escondido na zona rural. No momento da prisão, Handgger portava um revólver e tentou sacá-lo, mas foi contido pelos policiais.

Com Handgger, foi encontrada uma carteira de habilitação falsa com o nome de Manoel Brito de Sousa. Handgger, que foi transferido para Porto Franco, responderá por porte ilegal de arma de fogo, uso de identidade falsa e resistência a prisão, além do homicídio.

Já está em vigor no Maranhão a nova tabela de valores das custas e emolumentos cobrados pelos cartórios. As taxas a serem praticadas durante o ano de 2016 foram atualizadas no percentual de 10,97%, conforme prevê a Lei 9.109/2009, que regula a cobrança. Os serviços são fiscalizados pelo Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário (FERJ).

Os novos valores variam de R\$ 3,80 (distribuição de petição inicial, reconhecimento de firma) a R\$ 9.537,40 (máximo para a execução de título judicial, extrajudicial ou fiscal).

O percentual teve como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no período de dezembro de 2014 a novembro de 2015 (últimos doze meses).

A tabela traz, de forma de-

talhada, preços das custas da Justiça de 2º Grau (cível, criminal e atos diversos); da Justiça de 1º Grau (processos cíveis, criminais, de distribuição, partidoria, avaliação, depósito público, oficiais de justiça, intérpretes e tradutores), além dos valores a serem aplicados pelos cartórios extrajudiciais de todo o Estado nos serviços de registro civil das pessoas físicas e jurídicas, registros de imóveis e protestos de títulos.

De acordo com a Resolução nº 40/2015, do Tribunal de Justiça do Maranhão, a atualização da tabela considerou o princípio da razoabilidade, tendo em vista que os valores dos emolumentos devem guardar compatibilidade com os custos de remuneração dos serviços prestados pelas serventias.

De acordo com a diretora do FERJ, Celerita Dinorah de Carvalho, o índice aplicado consiste apenas numa atualização monetária, a fim de adequar os valores praticados pelos cartórios à realidade econômica atual.

Fundo - Do total arrecadado pelos cartórios extrajudiciais, 12% são destinados ao FERJ – o fundo que subsidia as despesas de elaboração e execução de planos, programas e projetos para a modernização e o desenvolvimento dos serviços judiciários - ficando os 88% restantes da receita para os cartórios.

Também são financiados pelo FERJ a construção, ampliação e reforma de prédios e instalações, aquisição de materiais permanentes e serviços de manutenção e reparos; a implantação dos serviços de informatização da Justiça; aquisição e manutenção de veículos utilitários; e materiais de consumo indispensáveis à manutenção do Poder Judiciário. (Asscom TJMA)

Corpo diplomático das Filipinas visita Imperatriz

A comitiva daquele país, chefiada pelo embaixador José Dela Rosa Burgos, vem à cidade a convite do prefeito Madeira e do presidente da Associação Comercial, Jairo Almeida

O prefeito Sebastião Madeira recebe hoje o embaixador plenipotenciário da República das Filipinas, José Dela Rosa Burgos. O diplomata vem à cidade a convite da Prefeitura e da Associação Comercial, num intercâmbio para cooperação nos campos econômico, acadêmico e cultural. É o terceiro diplomata que a cidade recebe em menos de um ano.

Aqui já estiveram os embaixadores da Índia e de Trinidad e Tobago, respectivamente Sunil Lal e Hanza Rafeeq. Dela Rosa chega a Imperatriz acompanhado da embaixatriz Blesilda Mansilla Burgos, da oficial administrativa Helena Delmoro Tan e a intérprete Leila Oliveira. Além de conhecer o potencial da cidade, que tem se destacado em vários indicadores econômicos e sociais aferidos por fontes oficiais e por agências independentes, o corpo diplomático das Filipinas tem encontros agendados pela Prefeitura e pela Associação Comercial.

A expectativa da equipe do prefeito Madeira é de que tanto a visita do embaixador das Filipinas quanto dos outros diplomatas que já vieram à cidade no futuro renda as parcerias econômicas, acadêmicas e culturais almejadas. "Isso não ocorre de uma hora para outra, mas só o fato de Imperatriz hoje atrair o interesse dessas comunidades nos deixa orgulhosos", assinalou o prefeito. "Queremos, com a vinda dessas autoridades, fomentar a relação entre seus povos, contando com o apoio da comunidade empresarial, dos meios diplomáticos e dos governos", assinalou o consultor Helberth Oliveira, coordenador da visita.

A agenda de José Dela Rosa e comitiva começa efetivamente nesta terça-feira com o prefeito Madeira, que na oportunidade fará uma breve apresentação da cidade; em seguida, o presidente da Associação Comercial e Industrial, Jairo Almeida, recepcionará, na própria Associação Comercial, o corpo diplomático filipino para uma rodada de conversas sobre a possibilidade de estabelecer o comércio bilateral entre Imperatriz e aquela república. Outro compromisso importante da comitiva do embaixador José Dela Rosa vai ser na tarde desta terça-feira na Suzano Papel e Celulose.

O encerramento da agenda de hoje vai ser no Estádio Frei Epifânio da Badia. Estuda-se a possibilidade da realização de um amistoso entre o Cavalo de Aço e a seleção daquele País. Na manhã de quarta-feira, o diplomata fará uma visita ao "polo coureiro" da cidade de Governador Edison Lobão, no retorno visita ao Frigorífico Fribal e à indústria de sementes Matsuda. A tarde será encerrada com uma visita à Casa da Crianca, um dos mais importantes projetos sociais da cidade mantido pela Prefeitura com o apoio da Vara da Infância e da Juventude. (Sidney Rodrigues/ASCOM)



TJMA discute melhorias para Justiça de 1º Grau

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Cunha, discutiu nesta segunda-feira (11) a implantação de políticas de atenção prioritária à Justiça de base, em reunião com o Comitê de Atenção Prioritária do 1º Grau, coordenado pela juíza Sônia Amaral, coordenadora do Núcleo de Planejamento Estratégico do Tribunal.

Entre os assuntos elencados na primeira reunião com a Presidência do TJMA, a pesquisa sobre o nível de satisfação dos juízes com relação às intervenções na estrutura física de fóruns, a necessidade de avançar na implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJE) em todas as unidades judiciárias e a melhoria na distribuição de materiais às varas judiciais em todo o Estado. O presidente do TJMA reafirmou a necessidade da participação dos magistrados de 1º Grau nos debates sobre as ações da gestão, e ressaltou a importância do papel

do Comitê e da oportunidade de tomar conhecimento das reivindicações de juízes e servidores por meio dele para a implementação de políticas com vistas à melhoria do trabalho prestado pelo Juízo de base. Durante a reunião, a juíza Sônia Amaral revelou que uma pesquisa identificou o grau de descontentamento com relação à execução de obras em diversas unidades judiciárias, e que uma forma de minimizar os problemas seria a manifestação dos juízes por meio de ofício, informando possíveis casos de insatisfações ou incompatibilidades. "Pensem numa sugestão de minuta de resolução para tal fim, criando fluxo e perpassando pelo Núcleo de Planejamento Estratégico e Diretoria de Engenharia do TJMA", orientou o presidente Cleones Cunha. A Resolução, quando finalizada, deverá ser submetida à aprovação do Pleno do Tribunal de Justica.

PAG. 2 [C1]

Já está em vigor no Maranhão a nova tabela de valores das custas e emolumentos cobrados pelos cartórios. As taxas a serem praticadas durante o ano de 2016 foram atualizadas no percentual de 10,97%, conforme prevê a Lei 9.109/2009, que regula a cobrança. Os serviços são fiscalizados pelo Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário (FERJ). Os novos valores variam de R\$ 3,80 (distribuição de petição inicial, reconhecimento de firma) a R\$ 9.537,40 (máximo para a execução de título judicial, extrajudicial ou fiscal). O percentual teve como base o Indice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – (IBGE), no período de dezembro de 2014 a novembro de 2015 (últimos doze meses). A tabela traz, de forma detalhada, preços das custas da Justiça de 2º Grau (cível, criminal e atos diversos); da Justica de 1º Grau (processos cíveis, criminais, de distribuição, partidoria, avaliação, depósito público, oficiais de justiça, intérpretes e tradutores), além dos valores a serem aplicados pelos cartórios extrajudiciais de todo o Estado nos servicos de registro civil das pessoas físicas e jurídicas, registros de imóveis e protestos de títulos.

De acordo com a Resolução n° 40/2015, do Tribunal de Justica do Maranhão, a atualização da tabela considerou o princípio da razoabilidade, tendo em vista que os valores dos emolumentos devem guardar compatibilidade com os custos de remuneração dos serviços prestados pelas serventias. De acordo com a diretora do FERJ, Celerita Dinorah de Carvalho, o índice aplicado consiste apenas numa atualização monetária, a fim de adequar os valores praticados pelos cartórios à realidade econômica atual.

FUNDO

Do total arrecadado pelos cartórios extrajudiciais, 12% são destinados ao FERJ – o fundo que subsidia as despesas de elaboração e execução de planos, programas e projetos para a modernização e o desenvolvimento dos serviços judiciários - ficando os 88% restantes da receita para os cartórios.

Também são financiados pelo FERJ a construção, ampliação e reforma de prédios e instalações, aquisição de materiais permanentes e serviços de manutenção e reparos; a implantação dos serviços de informatização da Justiça; aquisição e manutenção de veículos utilitários; e materiais de consumo indispensáveis à manutenção do Poder Judiciário.